



Manejo florestal na Amazônia rende mais que pecuária

Regina Scharf
de São Paulo

Colonos do Acre estão conseguindo faturar mais com o manejo de florestas que, por lei, não podem ser derrubadas, do que com a agropecuária. Sob orientação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), famílias do Projeto de Colonização Pedro Peixoto estão tirando até 18 salários mínimos extras por ano com uma retirada criteriosa de madeiras nobres de suas reservas legais.

A iniciativa foi facilitada pela criação de linhas de crédito específicas e a redução da burocracia ambiental. Decreto presidencial assinado no mês de setembro reduziu de 17 para três o número de documentos exigidos para a aprovação de projetos de manejo sustentável em reservas legais de pequenas propriedades. Além disso, o Banco da Amazônia (Basa) passou a financiar esse tipo de exploração florestal no ano passado, com recursos do Fundo Constitucional do Norte (FNO).

Fundado em 1978, nos municípios de Rio Branco, Acrelândia e Plácido de Castro, o Projeto de Colonização Pedro Peixoto é considerado dos mais bem sucedidos. Cada uma das 4 mil famílias explora 80 hectares, mas metade dessa área pertence à reserva legal — florestas que não podem ser derrubadas, mas sim manejadas, mediante autorização dos órgãos ambientais.

Orientados pela Embrapa, os colonos dividiram os 40 hectares de reserva legal em dez parcelas, exploradas sucessivamente num prazo de dez anos. Foram treinados para identificar as madeiras mais valorizadas, derrubá-las sem afetar espécies vizinhas, serrá-las ali mesmo e fazer com que bois arrastem as tábuas para fora da mata. De cada parcela pode-se retirar 10 metros cúbicos de madeira, quantidade renovada a cada dez anos.

Com isso, cada família consegue levantar entre R\$ 1.500 e R\$ 2.300 por ano. "Esse ingresso é limpo, já que o agricultor aproveita um investimento feito pela natureza", explica Judson Ferreira Valentim, chefe geral da Embrapa em Rio Branco (AC).

"Em contraste, quando ele derruba tudo para plantar ou criar gado, os mesmos 40 hectares rendem de R\$ 1.800 a R\$ 2.000 anuais — mas desse valor têm que ser descontados os gastos com queimadas, desmatamento, vacinas, sal mineral e outros insumos", compara.

Eles negociam previamente com a indústria moveleira, de modo que sabem exatamente quais madeiras têm comprador garantido. Há 20 anos, vendia-se uma árvore de mogno ou cedro por R\$ 50. Hoje elas desapareceram, mas os colonos vendem angelim e cerejeira por valores que chegam a R\$ 120.

"Esse sistema não é uma panacéia, diante de nossa brutal carência de tecnologias e infra-estrutura", diz Assuero Dora Veronez, presidente da Federação da Agricultura do Acre. "Mas é muito importante como forma de complementação de renda e como meio de exploração de nosso potencial florestal".

Hoje, 80% das áreas desmatadas no Acre são ocupadas pela agropecuária. Pesquisa realizada pela Embrapa no assentamento indica que, os colonos já desmataram em média 40% de suas propriedades. E conti-

nuam a desmatar a um ritmo de 2 a 4 hectares por ano. Assim, em três ou quatro anos os agricultores deverão esgotar os 50% disponíveis e entrarão na reserva legal.

O quadro se explica. Nos dois primeiros anos de ocupação, eles plantam milho, arroz, feijão e mandioca. Depois, a baixa fertilidade do solo exige a conversão da terra em pastagem. "O avanço da pecuária em pequenas propriedades tem obrigado os agricultores a invadir a reserva legal para levantar recursos suficientes para patrocinar a compra de adubo para recuperar a terra, porque, do contrário, a exploração fica insustentável", afirma Valentim. Em muitos casos, tal processo conduz à venda do terreno.

Tal modelo é reforçado pela cultura trazida de outros estados, sobretudo Paraná e Minas. "Para eles, a floresta é uma barreira e a reserva, inimiga", diz. Isso explica porque a proposta da Embrapa não encontra

O número de documentos exigidos para regularizar projetos de exploração de pequeno porte caiu de 17 para três

grande repercussão. Apesar de implantado a três anos, a parceria com os colonos envolve, até agora, apenas dez famílias, cujas glebas servem de vi-

trine para inspirar a vizinhança. "Em 1998, teremos lucros maiores no manejo do que nas atividades agropecuárias", avalia Valentim. "Muitos colonos já estão até trazendo os parentes que vivem na cidade para ajudar".

O principal problema a enfrentar, agora, é o do escoamento da produção. Rio Branco, que chegou a ter 140 serrarias, hoje tem menos de dez. Boa parte dos móveis vendidos no Acre são fabricados no Rio Grande do Sul. Isso porque o fornecimento de madeira foi ficando cada vez mais difícil devido à pressão ambiental. "Se uma grande empresa de móveis ou laminação se associasse aos produtores, teria fornecimento garantido por 30 anos", calcula o pesquisador.

Projeto aumenta a produtividade

Para pequenas propriedades amazônicas, similares às do Projeto de Colonização Pedro Peixoto, a Embrapa desenhou um modelo de exploração que mistura várias atividades, de modo a ampliar a produtividade e reduzir os riscos.

Basicamente, ele prevê o cultivo de um quarto da área disponível, enquanto o restante descansa, recoberto por leguminosas do gênero "Pueraria". "Trazida da Ásia, ela fixa 100 quilos de nitrogênio por hectare por ano — tanto quanto 200 kg de uréia", diz Judson Ferreira Valentim, chefe geral da Embrapa em Rio Branco (AC). Em consórcio com feijão, impede que a água da chuva que bate no solo respingue nas vagens, comprometendo a qualidade.

Além disso, ela funciona como um banco protéico: fornece 20% das proteínas necessárias ao gado leiteiro. "Por isso é conhecida como leguminosa milagrosa". Segundo Valentim, a "Pueraria" permite que a produtividade de um campo de milho salte de 300 kg/ha para algo entre 2.800 e 3.000 kg/ha.